

1 Às nove horas do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
2 na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**,
3 presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos
4 Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE e MARA LÚCIA**; bem como a presença da Procuradora do Ministério
5 Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios
6 do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o
7 Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim
8 se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que
9 possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
10 momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 190012004-00; Prefeitura Municipal de Bujaru;**
11 **Prestação de Contas - 2004; Responsável: Miguel Bernardo da Costa; Instrução: Auditor Sérgio Dantas e 5ª Controladoria;**
12 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº**
13 **32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
14 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
15 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
16 não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr.
17 Miguel Bernardo da Costa, que deverá proceder os seguintes recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: ao Tesouro
18 Municipal: 1 - Multa de R\$-13.891,86 (treze mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos),
19 correspondente a 30% da remuneração anual recebida pelo Prefeito, pela não remessa dos RGF's do exercício, com
20 fundamento no art. 5º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: 2- Multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelas divergências
21 no Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais, fundamentado, no art. 120-
22 B, II do RI/TCM/PA; 3 - Multa de R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela realização de dispensa de processo licitatórios sem
23 observar os termos do art. 24, II da Lei de Licitações, na modalidade indicada, caracterizando o fracionamento de
24 despesas, e pelo descumprimento da mesma Lei, pela não observância dos aspectos formais nos processo licitatórios, com
25 fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA; 4 - Multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais) pela abertura de créditos
26 adicionais sem cobertura de fonte; pela não apropriação dos encargos patronais; art. 50, II da LRF; descumprimento do
27 art. 42 da LRF, pela ausência de recursos disponíveis para cobrir as obrigações assumidas; 5 - Multa de R\$-5.000,00 (cinco
28 mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do exercício, LDO e RREO's do exercício com fundamento no
29 art. 120-B, IV do RI/TCM/PA; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
30 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às nove horas e trinta minutos, o Conselheiro José
31 Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 200012001-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do**
32 **Arari; Prestação de Contas - 2001; Responsável José Gomes de Moura; Instrução: Auditor Alexandre Cunha / 5ª**
33 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;**
34 **Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
35 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi
36 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
37 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari, exercício
38 de 2001, de responsabilidade do Sr. José Gomes de Moura, que deverá proceder os seguintes recolhimentos, no prazo de
39 15 (quinze) dias: ao Tesouro Municipal: 1 - R\$-534.575,27 (quinhentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco
40 reais e vinte e sete centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", referente a não comprovação dos recursos recebidos
41 que passaram no saldo do exercício anterior, caracterizado como desvio de recursos e dano ao erário; 2 - R\$-74,15
42 (setenta e quatro reais e quinze centavos), pelas despesas bancárias com pagamento de juros sobre o saldo devedor; 3 -
43 Multa de R\$-6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais), correspondente a 15% da remuneração anual recebida pelo
44 Prefeito, pelo atraso dos RGF's do exercício, com fundamento no art. 5º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP, multa de R\$-
45 3.000,00 (três mil reais), pelas divergências nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstrações das
46 Variações Patrimoniais, fundamentado no art. 120-A, II do RI/TCM/PA; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos
47 autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**

800012008-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas de Governo - 2008; Responsável Laércio Rodrigues Pereira; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda – Retirado de pauta na Sessão do dia 27.06.13; **Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista a não aprovação das contas do Governo Municipal, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Laércio Rodrigues Pereira, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 800012008-00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas de Gestão - 2008; Responsável Laércio Rodrigues Pereira; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda – Retirado de pauta na Sessão do dia 27.06.13; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Laércio Rodrigues Pereira, o qual deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: I – aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-2.219.380,37 (dois milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e oitenta reais e trinta e sete centavos), referente à conta "Agente Ordenador"; 1.2 – R\$-21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal dos três quadrimestres; II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LDO, LOA, prestações de contas quadrimestrais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela impossibilidade de verificação da correta apropriação da totalidade dos encargos patronais e ausência de processos licitatórios; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 940012005-00; Prefeitura Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas - 2005; Responsável Antônio Saraiva Rabêlo; Instrução: Nair Oliveira, Sérgio Dantas/ 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 1380012009-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de contas de Governo - 2009; Responsável Edison Raimundo Alvarenga; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe – Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas de Governo. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Ipixuna a aprovação, com ressalvas, das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Edison Raimundo Alvarenga, com recolhimento de multa, ao FUMREAP, no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo saldo insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar, contrariando o disposto no art. 1º, § 1º, da LRF, nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa. **Processo nº 1380012009-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas de Gestão – 2009; Responsável Edison Raimundo Alvarenga; Instrução 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Chefe – Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Edison Raimundo Alvarenga, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. **Processo nº 1020012006-00; Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia; Prestação de Contas - 2006; Responsável Manoel Soares da Costa; Instrução Márcia Tereza A. Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.461, de**

19.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2006, de responsabilidade de Manoel Soares da Costa, que deverá recolher aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, a multa no valor de R\$-12.000,00 (doze mil reais), correspondente a 10%, dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa fora do prazo do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1150022001-00; Câmara Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas – 2003; Responsável Lúcio Tavares de Oliveira; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares, com pedido de Vista a Conselheira Mara Lúcia, na Sessão do dia 14.05.2013; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 280022008-00; Câmara Municipal de Curralinho; Prestação de Contas - 2008; Responsável Helói Marcos de Matos Azevedo; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda – Retirado de pauta na Sessão do dia 13.06.13; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Curralinho, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Heloi Marcos de Matos Azevedo, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tesouro Municipal, o valor de R\$-49.766,54 (quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", caracterizado como dano ao Erário decorrente da diferença do saldo anterior e da vigência na totalização da receita orçamentária e ao FUMREAP, Multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva do 3º quadrimestre, com base no art. 120-B, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, e de R\$-7.000,00 (sete mil reais) por conta da não apropriação e recolhimentos das contribuições previdenciárias e patronais, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 550022009-00; Câmara Municipal de Paragominas; Prestação de contas de 2009; Responsável Antônio Batista Oliveira Lopes; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda – Retirado de pauta na Sessão do dia 12.03.13; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Paragominas, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Antônio Batista Oliveira Lopes, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais, a multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120- A, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela ausência de processos licitatórios, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 830022010-00; Câmara Municipal de Tomé-Açu; Prestação de Contas - 2010; Responsável Cecília Reinaldo de Oliveira; Instrução: 5º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda – Retirado de Pauta na Sessão do dia 13.06.13; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Tome Açu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Cecília Reinaldo de Oliveira que deverá recolher, no prazo de 15 dias, os seguintes valores: ao Município:- R\$-2.229,00 (dois mil, duzentos e vinte e nove reais), correspondente a 5% da remuneração anual do Gestor, a título de multa pela remessa intempestiva dos RFG's do 2º semestre, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: – R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres fora do prazo legal (superior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; – R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo descumprimento do art. 29-A, da CF/88, nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 120022009-00; Câmara**

145 **Municipal de Baião; Prestação de Contas – 2009; Responsável Ronilson dos Santos Lopes; Instrução: 2º Controladoria;**
146 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461,**
147 **de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
148 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
149 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalvas, das
150 contas da Câmara Municipal de Baião, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Ronilson dos Santos Lopes,
151 com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado ao recolhimento de multa aos Cofres
152 Municipais, no valor de R\$-2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), equivalente a 5% da remuneração anual do
153 Ordenador, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, com a remessa intempestiva
154 dos Relatórios de Gestão Fiscal. **Processo nº 1380022009-00; Câmara Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de**
155 **Contas – 2009; Responsável Zacarias Rodrigues da Silva; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
156 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461 de 19.08.2013.** Cumprindo
157 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
158 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
159 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Nova
160 Ipixuna, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Zacarias Rodrigues da Silva, com a expedição do Alvará de
161 Quitação pelas despesas ordenadas, após o recolhimento de multa ao FUMREAP, no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais).
162 **Processo nº 214182005-00; Fundo Municipal de Saúde de Cametá; Prestação de Contas – 2005; Responsável José**
163 **Waldoli Figueira Valente; Auditor Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator –**
164 **Conselheiro Alcides Alcântara, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE 32.461, de**
165 **19.08.2013.** Retirado de pauta. **Processo nº 823982007-00; Fundo Municipal de Saúde de Soure; Prestação de**
166 **Contas - 2007; Responsável Maria Helena Nazaré Gomes; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator –**
167 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
168 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com
169 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
170 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação
171 da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Soure, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Maria
172 Helena Nazaré Gomes, que deverá recolher aos Cofres Públicos o valor de R\$-2.269,50 (dois mil, duzentos e sessenta e
173 nove reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% do valor das despesas realizadas (R\$-45.390,15), sem o devido
174 processo licitatório, caracterizado como dano ao Erário, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
175 público Estadual. **Processo nº 042042010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Alenquer; Prestação de**
176 **Contas - 2010; Responsável Malcione Nascimento Dias; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria**
177 **Regina Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Retirado de pauta.
178 **Processo nº 1083312007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Água Azul do Norte; Prestação de**
179 **Contas - 2007, Responsável Lindacy Farias Souto; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria**
180 **Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
181 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
182 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela
183 não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Água Azul do Norte, exercício financeiro de 2007, de
184 responsabilidade de Lindacy Farias Souto, face a realização de despesas acima do valor fixado no orçamento, com
185 recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), pela realização de despesas acima do valor
186 fixado no orçamento no montante de R\$-353.937,20 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais e
187 vinte centavos), com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de
188 Assistência Social, nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
189 Ministério Público Estadual. **Processo nº 914012007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Curionópolis;**
190 **Prestação de Contas - 2007; Responsável Vera Lúcia Aguiar Castro Rocha; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público:**
191 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de**
192 **19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
193 se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi

colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Curionópolis, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Vera Lúcia Aguiar Castro Rocha, face a conta "Agente Ordenador", com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$ 19.011,01 (dezenove mil, onze reais e um centavo), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; - ao FUMREAP: - R\$-10.000,00 (dez mil reais) pela não prestação de contas do 3º quadrimestre, nos termos do art. 57, da LC nº 025/94; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 912152007-00; Fundação Social de Assistência Educativa Municipal – FSAEM de Curionópolis; Prestação de contas - 2007; Responsável Vera Lúcia Aguiar Castro Rocha; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 23.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Fundação Social de Assistência Educativa do Município de Curionópolis - FSAEM, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Vera Lúcia Aguiar Castro Rocha, face a conta "Agente Ordenador", com o recolhimento aos Cofres Municipais do valor de R\$-232.959,94 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, e ao FUMREAP o valor de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), pela não prestação de contas do 3º quadrimestre, descumprimento de obrigações legais e danos ao patrimônio público, nos termos do art. 57, da LC nº 025/94, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 914002009-00; Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis; Prestação de Contas - 2009; Interessado: Wenderson Azevedo Chamon; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Wenderson Azevedo Chamon, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Alexandre Cunha acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo divergiu do Relator e votou pela não aprovação das contas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Wenderson Azevedo Chamon, com a expedição do Alvará de Quitação. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e cinquenta e oito minutos, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1380052009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Ipixuna; Prestação de Contas - 2009; Responsável: Dalvina Lima de Sousa; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 23.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Dalvina Lima de Sousa, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1382112009-00; Fundo Municipal de Educação de Nova Ipixuna; Prestação de Contas - 2009; Responsável: Sebastião Damascena Santos; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Educação/FUNDEB de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Sebastião Damascena Santos, com a expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento de multa ao FUMREAP, no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não

remessa do parecer do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB, nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1380042009-00; Fundo Municipal de Saúde de Nova Ipixuna; Prestação de Contas - 2009; Responsável Auzenir dos Santos Sales; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Nova Ipixuna, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Auzenir dos Santos Sales, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 964412007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Ourilândia do Norte; Prestação de Contas - 2007; Responsável Marinalva Soares da Silva; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ourilândia do Norte, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade de Marinalva Soares da Silva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1053142006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tucumã; Prestação de Contas - 2006; Responsável Marlene Pereira Duarte Azevedo; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tucumã, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Marlene Pereira Duarte Azevedo, com a expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento aos Cofres Municipais do valor de R\$ 493,37 (quatrocentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado, e ao FUMREAP o valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e divergência na execução financeira, nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1352042007-00; Fundo Municipal de Educação de Curuá; Prestação de Contas - 2007; Responsável Adriana Pereira da Silva; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Curuá, exercício de 2007, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-3.670.872,09 (três milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e nove centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1350042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuá; Prestação de Contas - 2007; Responsável Paulo dos Santos Rocha; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curuá, exercício de 2007, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-816.564,89 (oitocentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e quatro mil e oitenta e nove reais). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 112972009-00; Fundo Municipal de Saúde de Bagre; Prestação de Contas - 2009; Responsável Cledson Farias Lobato Rodrigues; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 31: **Processo nº 200405126-00; Prefeitura Municipal de José Porfírio; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução nº 7.449, de 26.02.2004 (Prestação de Contas de 2001); Responsável José Benedito da Mota Eschrique;**

Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo conhecimento e provimento do Recurso de Reconsideração e, no mérito, pelo seu provimento parcial para excluir da decisão constante da Resolução nº 7.449, de 26 de fevereiro de 2004, as seguintes irregularidades: conta "Agente Ordenador" no valor de R\$-766.240,00 (setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta reais); despesas sem comprovação no valor de R\$-68.491,79 (sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos); não aplicação do mínimo de 15% dos impostos da função saúde; divergência na receita orçamentária; divergências no balanço financeiro, variações patrimoniais e balanço geral; ausência do parecer do Conselho Municipal de Controle do FUNDEF; não aplicação do mínimo de 15% dos impostos na função saúde; não remessa do ato fixador da remuneração dos Gestores; ausência de processos licitatórios; ausência de comprovantes de recolhimentos do INSS; redução do multa aplicada pela remessa com atraso dos Relatórios de Gestão Fiscal, para 5% (cinco por cento) dos vencimentos anuais do Prefeito Municipal, no importe de R\$-3.662,54; com a emissão de parecer prévio recomendando para Câmara Municipal de Senador José Porfírio a aprovação, com ressalvas, das contas do Executivo Municipal, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade de José Benedito da Mota Eschrique. **Processo nº 200504339-00; Prefeitura Municipal de Ananindeua;** Prestação de Contas do Convênio nº 002/05 com a Associação do Conjunto Habitacional Júlia Seffer - 2005; Responsável Helder Zahluth Barbalho; Instrução Leonardo Macieira; Procuradora - Chefe Elisabete Salame da Silva; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 42: **Processo nº 201004785-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Soure;** Aposentadoria voluntária por idade - 2010; Interessado Antônio Alves da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela negativa de registro da Resolução nº 029/2010, de 03 de novembro de 2010, que aposentou por idade e com proventos proporcionais Antônio Alves da Silva, no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Produção e Abastecimento, consoante o que dispõe o art. 40, §1º, III, "b", da Constituição Federal de 1988, com provento mensal no valor de R\$ 654,86 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), com remessa dos autos ao IPMS para que proceda as devidas correções que entender cabíveis. Após, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 30: **Processo nº 703982006-00; Fundo Municipal de Saúde de Santana do Araguaia;** Prestação de Contas - 2006; Responsável Eduardo da Silva Tuma; Instrução Leonardo Macieira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 23.461, de 19.08.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pela irregularidade das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Araguaia, do exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Eduardo da Silva Tuma, com o recolhimento das seguintes multas, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 025/94: R\$-500,00 (quinhentos reais), pela inobservância do art. 50, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao deixar de apropriar a totalidade de encargos patronais, dentro do exercício em análise; R\$-6.330,81 (seis mil, trezentos e trinta reais e oitenta e um centavos), pela ausência de processo licitatório, inobservando o art. 37, XXI da CF/88. Após, o Conselheiro José Carlos Araújo retornou a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 33: **Processo nº 201204996-00; Prefeitura Municipal de Dom Eliseu;** nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2010; Interessado Joaquim Nogueira Neto - Prefeito; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 200818698-00; Prefeitura Municipal e Alenquer;** Nomeação - Portarias nº's 01/2006 e 01/2007; Interessado Cleostene Farias do Vale; Ministério Público:

Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos Atos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro dos Atos. **Processo nº 201217522-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 095/2012, de 03.10.2012; Interessado Calixto José Yaghi; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217523-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 094/2012, de 03.10.2012; Interessado Marodi Araújo da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217529-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 097/2012, de 09.10.2012; Célia de Melo Corrêa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217530-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 098/2012, de 10.10.2012; Interessada Jandira Barata Guimarães; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217531-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Aposentadoria – Portaria nº 093/2012, de 19.09.2012; Elisabeth Lima dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201205246-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Pensão – Portaria nº 021/2012, Pensão por Morte do Servidor Raimundo Ribeiro dos Santos; Interessado Salustriana Aires dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201204252-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR**; Pensão – Portaria nº 007/2012, Pensão por Morte do Servidor Valter da Silva; Interessado Maria dos Santos Silva (Esposa) e Valter da Silva Filho (Filho); Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201213817-00; IPAMB/PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 0885/2012, 19.07.12; Nilza Maria da Silva Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201214463-00; IPAMB/PMB**; Aposentadoria – Portaria nº 0968/12, de 07.08.2012; Interessado Rejane de Fátima Gomes Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**

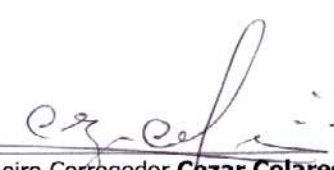
390 **201215100-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1026/12, de 21.08.12; Interessado Rosa Pinto de Aviz;**
391 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo**
392 **dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A**
393 **matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O**
394 **Plenário, à unanimidade, decidiu pelo registro do Ato. Processo nº 201214955-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria –**
395 **Portaria nº 0999/12, de 14.08.12; Interessado Rubens Carvalho Corrêa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da**
396 **Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu**
397 **posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada em discussão. O Conselheiro**
398 **Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à unanimidade, decidiu pelo registro do**
399 **Ato. Processo nº 201216720-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contrato – Ofício nº 091/2012 Contratos**
400 **Temporários de Dina Almeida de França e Outros; Interessado Adnan Demachki; Ministério Público: Procuradora Elisabeth**
401 **Salame da Silva; Relator – Auditor José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público**
402 **ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada em**
403 **discussão. O Relator proferiu seu VOTO: “pelo Registro dos contratos celebrados com Ana Débora Borges Fontenele Sampaio,**
404 **Karina Batista dos Santos, Paulo Henrique Gomes e Sylrei de Sousa Pena para o exercício da função de médico, e de Dina Almeida de**
405 **França para a função de Agente Comunitário de Saúde”. Em votação: O Conselheiro Daniel Lavareda divergiu do Relator e**
406 **votou pela negativa de registro do Ato. O Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o**
407 **Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, por maioria, decidiu pelo registro dos Contratos**
408 **celebrados com Ana Débora Borges Fontenele Sampaio, Karina Batista dos Santos, Paulo Henrique Gomes e Sylrei de**
409 **Sousa Pena para o exercício da função de médico, e de Dina Almeida de França para a função de Agente Comunitário de**
410 **Saúde. Vencido o Auditor Alexandre Cunha. Processo nº 201118932-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio;**
411 **Contrato - Ofício nº 109/11 Contrato Temporário de Pessoal; Interessado Antônio do Carmo Araújo Nunes; Ministério**
412 **Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo. Cumprindo dispositivo regimental, o**
413 **Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi**
414 **colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**
415 **unanimidade, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados pela Câmara Municipal de Mãe do**
416 **Rio e Antônia Damiana Pereira Soares e outros. Processo nº 201104190-00; IPAMB/PMB; Contrato nº 004/11 de**
417 **24.02.11, entre IPAMB/PMB e o Laboratório Guadalupe S/S Ltda; Interessado Oséas Silva Junior; Ministério Público:**
418 **Procuradora – Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental,**
419 **o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi**
420 **colocada em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu VOTO. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**
421 **unanimidade, decidiu pelo cadastramento do Contrato nº 004/2011, firmado entre o Instituto de Previdência e**
422 **Assistência do Município de Belém – IPAMB e o Laboratório Guadalupe S/S LTDA. Processo nº 200907743-00**
423 **(201018637-00); Secretaria de Administração do Município de Belém - SEMED; Recurso Inominado contra a**
424 **Resolução nº 9.768, de 04.05.2010 – Contrato nº 014/2009; Responsável Alan Dionísio Souza Leão de Sales; 3º**
425 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE**
426 **23.461, de 19.08.2013. Retirado de pauta. MATÉRIA ADMINISTRATIVA: O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a**
427 **palavra para apresentar ao Plenário voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Marques do Nascimento, funcionário há**
428 **mais de 22 (vinte e dois) anos deste Tribunal, ocorrido no último dia 13 de agosto, ressaltando a trajetória dos serviços**
429 **prestados a esta Casa, no que foi acompanhado pelos Conselheiros presentes a Sessão, Daniel Lavareda, Cezar Colares e**
430 **Antônio José, bem como pela Procuradora Chefe do Ministério Público, Maria Regina Cunha. A Presidência, à**
431 **unanimidade, determinou a imediata comunicação da aprovação do voto de profundo pesar, registrado em Ata, à família**
432 **enlutada. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda solicitou a reabertura da instrução do Processo nº 0080012003-00,**
433 **da Prefeitura Municipal de Ananindeua, referente ao exercício de 2003. A Presidência proclamou a Decisão: O Plenário, à**
434 **unanimidade, decidiu pela reabertura da instrução solicitada. Após, o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para**
435 **registrar o sucesso do curso “Processo nos Tribunais de Contas – Acusação, Defesa, Julgamento e Recursos”, ministrado**
436 **pelo Dr. Odilon Cavallari de Oliveira, Técnico do Tribunal de Contas da União, e agradecer a Presidência desta Casa pela**
437 **iniciativa. O Conselheiro José Carlos Araújo ressaltou a importância de se oferecer capacitação e aprimoramento aos**
438 **funcionários da Casa, e lembrou que este Curso é uma parceria entre o TCM – PA, JAM – Jurídica e PROMOEX.**

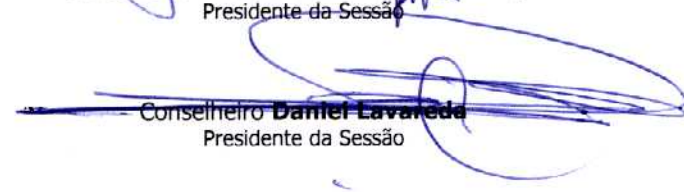


439 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator - Auditor Substituto Sérgio Franco Dantas: 1) Processo nº 201216081-00;
440 Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará; Aposentadoria de Terezinha Ferreira de Azevedo. 2) Processo nº
441 201300566-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de João Paes da Cruz. 3) Processo nº
442 201300567-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Maria Anita Ferreira da Silva. 4)
443 Processo nº 201300568-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Olinda da Silva
444 Negrão. 5) Processo nº 201303910-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria de Arcangela
445 Afonso Dias. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, a Presidência declarou
446 **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas da qual foi lavrada a presente Ata.
447 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte de agosto de dois mil e treze.
Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão